

**A (in)sustentabilidade da notícia:
o papel do jornalismo ambiental na cobertura das secas no Amazonas**

*The (un)sustainability of news:
the role of journalism in environmental coverage in Amazonas*

Rafael LOPES¹

Resumo

No artigo aponta-se a importância de qualificar a cobertura jornalística ambiental no Amazonas. O objetivo é promover uma reflexão sobre sustentabilidade, em sua dimensão biosociocultural, trazendo à tona um debate acerca das mudanças climáticas globais e seus reflexos na região amazônica, observando a questão do aumento na intensidade e frequência de períodos de secas. Trata-se de um estudo bibliográfico e exploratório, articulado por aportes teóricos da comunicação, ciências humanas e ciências do ambiente.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental. Sustentabilidade. Secas no Amazonas.

Abstract

This paper discusses the importance of qualifying environmental journalistic coverage in Amazonas. The objective is to reflect on sustainability, bringing to light a debate about global climate change and its impacts in the Amazon region, highlighting the increase in intensity and frequency of drought periods in the state of Amazonas, in the north of Brazil. It is a bibliographic and exploratory study, articulated by theoretical contributions of communication, human sciences and environmental sciences.

Keywords: Environmental Journalism. Sustainability. Drought periods in Amazonas.

Introdução

Neste artigo transitamos por noções de sustentabilidade e indicamos a inserção da Amazônia no contexto. Discutimos a qualidade da cobertura jornalística da imprensa de Manaus sobre fenômenos climáticos extremos na região e a repercussão (ou a falta

¹ Doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). Professor do Curso de Comunicação Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins/AM (ICSEZ/UFAM). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Amazônia (UFAM/CNPq).
E-mail: rafa.lopez.7682@gmail.com

de repercussão) das suas possíveis inter-relações com as mudanças climáticas globais, especialmente na observância do aumento na intensidade e frequência de períodos de secas no estado do Amazonas, apontados por modelos científicos.

Nas últimas décadas, a região amazônica emergiu como um dos símbolos da sustentabilidade do planeta. Mas, como sinaliza Gomes Júnior (2007), há interesses ideológicos e organizacionais na cristalização dessa imagem, principalmente por parte de ONGs transnacionais, que constroem sentidos com o respaldo científico e do poder político-econômico, por meio de recursos comunicacionais que buscam produzir imagens da Amazônia em função de suas próprias perspectivas e impor tais ideias como verdade.

No centro da discussão sobre sustentabilidade está a questão do aquecimento global e um dos desafios para o futuro da humanidade será implementar alternativas para conviver com suas consequências. Embora haja controvérsias sobre o assunto, até onde percebemos, grande parte da comunidade científica atribui sua causa ao aumento da emissão de CO₂ (dióxido de carbono) na atmosfera em função da ação humana, portanto de ordem antrópica. Outros estudos explicam que as mudanças observadas atualmente estão dentro de transições cíclicas pelas quais o planeta sofre em determinados períodos de tempo, portanto vinculadas a causas naturais e de ordem astrofísica-atmosférica-geológica (WILLIAMS; LIMA, 2009).

Diante disso, o jornalismo ambiental deve ter o papel de esclarecer a sociedade com informações de qualidade e proporcionar a contextualização dos fatos para a tomada de decisões conscientes por parte dos cidadãos e instituições (RODRIGUES, 2017). Nesta perspectiva, concebemos o jornalismo como uma forma de conhecimento social e que precisa ser exercido com responsabilidade, pois é um instrumento mediador qualificado entre assuntos de interesse público e a sociedade (PENA, 2012). No caso da divulgação ambiental é preciso uma sólida formação intelectual e profissional, com uma visão ecossistêmica interdisciplinar para evitar a propagação de notícias sem o devido embasamento e contextualização (VILAS BOAS, 2004).

Portanto, a discussão sobre a função sociocultural do jornalismo ambiental precisa ser ampliada, sobretudo na divulgação de questões que podem afetar todo o planeta, como é o caso do aquecimento global. Neste artigo, não pretendemos adentrar em nuances teóricas sobre suas causas e efeitos, pois, como sinalizamos, a ênfase é a

proposição de uma reflexão crítica sobre a divulgação jornalística acerca de fenômenos climáticos na região amazônica, especialmente em relação às duas maiores secas extremas registradas no Amazonas, pela mídia impressa de Manaus².

A opção pelo impresso se deve ao grau de confiabilidade que a imprensa escrita mantém perante a opinião pública e sobre os demais veículos de informação, de acordo com a última Pesquisa de Mídia Brasileira (PMB, 2016). Segundo o levantamento, embora a TV seja o meio mais acessado pelos brasileiros na busca por informações, e a internet o que apresenta o maior crescimento exponencial, o jornal impresso ainda é considerado pela maioria, ou seja, por 58% da população, como o meio de comunicação social de maior credibilidade (PMB, 2016).

Trata-se de um estudo exploratório, com base bibliográfica, articulado por aportes da comunicação, sociologia e ciências do ambiente. Repercute-se o estudo realizado por Rodrigues (2017) que analisou a qualidade da cobertura jornalística da imprensa de Manaus nas secas de 2005 e 2010, que são as maiores secas históricas registradas no Amazonas (NOBRE; MARENGO, 2017), pelos jornais *A Crítica* e *Diário do Amazonas*, escolhidos para o corpus de análise com base na tradição, credibilidade, e por pertencerem aos dois principais grupos empresariais no ramo do jornalismo impresso em Manaus³.

Nossos apontamentos não se baseiam na análise direta das reportagens, mas na releitura crítica do estudo publicado por Rodrigues (2017)⁴ e a sua articulação com a questão do risco social (BECK, 2010), secas na Amazônia (FEARNSIDE, 2008; 2009) e impactos socioambientais (NOBRE; MARENGO, 2017), propondo uma leitura e

² Os fenômenos climáticos extremos na região amazônica configuram-se, geralmente, pelas cheias (enchentes/período chuvoso) e vazantes extremas (secas/ períodos de estiagem). Desse modo, optamos por trabalhar com vazantes/secas extremas. A escolha se deve ao caráter socioambiental e simbólico, já que a região tem a maior bacia hidrográfica do planeta. Portanto, nesse sentido, nos interessa seu caráter paradoxal.

³ Cabe salientar que os dois jornais escolhidos são os mais tradicionais e de maior credibilidade na imprensa de Manaus, mas, conforme a Associação Nacional de Jornais (ANJ), o periódico de maior circulação no Amazonas e na região norte do Brasil é o jornal *Dez Minutos*, que pertence a Rede Diário de Comunicação.

⁴ O material foi pré-selecionado pelo autor a partir de busca online nos portais de notícia dos referidos periódicos, pelas palavras chave “seca”, “estiagem” e “vazante”, considerando publicações entre os meses de agosto a dezembro, por ser o período de vazante. Deste procedimento resultaram 61 textos (41 em *A Crítica* e 20 no *Diário do Amazonas*).

interpretação interdisciplinar sobre a cobertura da imprensa manauara para as secas extremas de 2005 e 2010.

Noções de sustentabilidade

A discussão sobre alternativas de exploração dos recursos naturais e o alerta para a deterioração ambiental mundial passou a ser evidenciada a partir da segunda metade do século XX, a partir da contribuição de cientistas, pensadores, instituições de pesquisa e conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (UN, 2015). Uma das primeiras iniciativas foi o “Clube de Roma” que, em 1968, fundou as bases do Neomalthusianismo e da Ecologia Política⁵, enfatizando a necessidade da adoção de novos modelos de utilização dos recursos naturais. Em 1972, na “Conferência de Estocolmo” na Suécia, foi criada a Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, indicando a urgência da formulação de políticas públicas para orientar soluções para os problemas resultantes da relação sociedade-ambiente (SACHS, 1986; 1995).

Críticas surgiram sob a alegação de que novos modelos de exploração ambiental poderiam atrapalhar o processo de industrialização, sobretudo nos países em desenvolvimento. Contudo, o conceito de ecodesenvolvimento⁶ passou a ganhar força, sinalizando os princípios de satisfação das necessidades básicas, a preocupação com as futuras gerações, a participação popular na tomada de decisões, a preservação dos recursos naturais, justiça social e respeito à diversidade cultural (SACHS, 1986; 1995; 2000).

Em 1980, a “Estratégia Mundial para a Conservação”, propôs a importância de levar em conta a harmonização entre fatores sociais, econômicos e ecológicos (CMMA, 1998). O termo “conservação” ganhou o sentido de gerenciar o uso humano da biosfera de modo que atenda às necessidades presentes e às aspirações futuras. Em 1987, no

⁵ O Neomalthusianismo é uma teoria demográfica, desenvolvida a partir da reelaboração de ideias do pensador iluminista Thomas Malthus (1736-1834), que defende o controle populacional para conter o avanço da miséria. A ecologia política é um campo interdisciplinar estuda as relações entre os grupos sociais e os ecossistemas onde estão inseridos e os conflitos que resultam dessa interação.

⁶ O termo foi proposto na década de 1970 por Maurice Strong, então secretário da ONU, e ampliado pelo economista Ignacy Sachs pregando a necessidade de preocupação com o meio ambiente aliada a atenções às questões sociais, econômicas, culturais, de gestão participativa e ética.

“Relatório Brundtland”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentou-se oficialmente o conceito de “desenvolvimento sustentável”, definido como:

Um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMA, 1988, p. 49).

Desse modo, evidenciou-se que os problemas sociais e ambientais estão interconectados globalmente e não restritos a limites geográficos. Assim, passou-se a pensar no que deve ser sustentado (natureza, sistemas de suporte à vida, culturas) e no que deve ser desenvolvido (educação, saúde, oportunidades, economia, instituições, capital social) (SACHS, 1995; 2000).

Em 1992, os debates da “Eco92”, Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, resultaram na Agenda 21. O documento oficial da conferência firmou compromissos para o século XXI, estabelecendo a importância de refletir local e globalmente soluções para problemas ambientais. Propôs-se estratégias de desenvolvimento sustentável para governos e instituições e um novo paradigma para se pensar em progresso. Cada país desenvolveu suas estratégias para a Agenda 21 e a maior parte dos projetos não foram implementados.

Na Eco92 foi aprovada a Convenção sobre Mudanças Climáticas, com a elaboração do Protocolo de Kyoto, por meio do qual os países industrializados se comprometeram em reduzir em 5% a emissão de gases de efeito estufa até 2012, o que também não foi alcançado (NASCIMENTO, 2012; COSTA RIBEIRO, 2015).

No ano 2000, a “Declaração dos Objetivos do Milênio” sintetizou acordos internacionais relativos ao meio ambiente, economia e direitos humanos. A proposta pretendia ser cumprida até o ano de 2015, com o foco em oito maneiras de mudar o mundo: acabar com a fome e a miséria; educação básica de qualidade para todos; igualdade entre sexos; redução da mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a aids, malária e outras doenças; melhorar a qualidade de vida da população e promover o respeito ao meio ambiente; e a mobilização mundial pelo desenvolvimento sustentável. Entretanto, as metas não foram atingidas (NASCIMENTO, 2012).

Em 2012, na conferência “Rio+20”, os objetivos do desenvolvimento sustentável novamente foram debatidos e elencou-se 17 metas para serem cumpridas até o ano de 2030, salientando a necessidade de valores como liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância e respeito a natureza. Entre as metas destaca-se a tomada de medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos. Contudo, cientistas e ambientalistas indicam que há muitas dificuldades a serem superadas, principalmente em relação aos modelos industriais e a escala de consumo da sociedade (COSTA RIBEIRO, 2015).

A população mundial aumentará em aproximadamente 50% até 2050, cerca de 9,7 bilhões de pessoas, segundo o último relatório de prospecção da população mundial da Organização das Nações Unidas (UN, 2015). Tal configuração social trará enormes desafios para o desenvolvimento da infraestrutura, produção de alimentos, estabilidade social, mercados financeiros globalizados, tecnologia, informação e meio ambiente. Alguns cenários são projetados no intuito de encontrar alternativas para garantir a sustentabilidade no futuro, alguns que indicam um retrocesso e crises crônicas das relações socioeconômicas. Há outras projeções que admitem transições nos valores e princípios de organização da sociedade e reformas políticas (UN, 2015).

Atualmente, o termo sustentabilidade é mais usual pelos pesquisadores das ciências do ambiente, porque além de representar a possibilidade de mudanças econômicas, sociais, e políticas sem comprometer os sistemas socioambientais, traz uma ideia de complexidade sistêmica, enfatizando questões éticas, de identidades culturais, de diversidade, de mobilização e participação popular nas decisões, privilegiando o diálogo entre diferentes áreas do saber.

Capra (2006) salienta que a sustentabilidade deve ser orientada e desenvolvida forma que a nossa forma de viver, nossos negócios, nossa economia, tecnologias, e estruturas físicas não interfiram na capacidade da natureza de sustentar a vida. De acordo com Capra (2006), o desafio é mudar a maneira de pensar e entender o mundo e a vida, ou seja, romper com uma visão mecanicista e adotar uma visão ecológica para compreender as inter-relações e interdependências entre os diferentes sistemas que compõem o mundo.

Redução de gases de efeito estufa

Desde 1995, a Organização das Nações Unidas realiza anualmente a Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP). No encontro de 2014, em Copenhague, apontou-se que o aumento na intensidade de ondas de calor e eventos climáticos extremos em algumas regiões poderão refletir na escassez de alimentos e conflitos violentos. Os cientistas apresentaram meios possíveis para evitar um aquecimento global grave, com a diminuição das emissões de gases poluentes, sobretudo com a redução da queima de carvão, petróleo e gás que elevam os níveis de CO₂ (GUERRA; SCHMIDT, 2016).

No encontro de 2015, em Paris, a redução da emissão de CO₂ foi discutida por representantes de 197 países. Enfatizou-se a urgência de uma transição na economia e nos modos de produção industrial para contribuir com a redução da emissão de carbono na atmosfera. O encontro resultou em um documento, o “Acordo de Paris”, conjugando esforços entre as nações para assegurar que o aumento da temperatura média global fique abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais; aumentar a capacidade de adaptação e resiliência; e promover a redução na emissão de gases de efeito estufa. O tratado passou a ser regulamentado em 2016, em Marrakesh, na vigésima segunda Conferência da ONU sobre o Clima (GUERRA; SCHMIDT, 2016).

Na ocasião, o Brasil (que desde 2000 tem o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas) assumiu reduzir as emissões de gases de efeito estufa de 37% até o ano de 2025, em relação ao ano de 2005, e reduzir as emissões de gases de efeito estufa de 43% até o ano de 2030. Além das metas de emissão, até 2030 o Brasil se comprometeu com o fim do desmatamento ilegal e a restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares, para múltiplos usos; a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; a integração de 5 milhões de hectares de lavoura-pecuária-florestas; a garantia de 45% de fontes renováveis no total da matriz energética (frente a uma média mundial de 13%); a participação de 66% da fonte hídrica na geração de eletricidade; a participação de 23% das fontes renováveis na geração de energia elétrica; o aumento de cerca de 10% na eficiência elétrica; a participação de 16% de etanol combustível e de demais fontes derivadas da cana-de-açúcar no total da matriz energética (PERPÉTUO, 2017).

A COP 23, realizada em Bonn, na Alemanha, em 2017, teve o objetivo de implementar as regras do Acordo de Paris. No encontro discutiu-se formas de financiamento para combater o aquecimento global e estabeleceram-se prazos para a redução da emissão de gases do efeito estufa. Neste mesmo ano o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a saída dos EUA do Acordo de Paris (SCHNEIDER, 2017). Em 2018, na Polônia, a COP 24 discutiu o incentivo à utilização de energias renováveis e a redução do consumo de combustíveis fósseis.

As mudanças climáticas impactam no ambiente sob diversos aspectos, como o aumento da frequência e intensidade dos fenômenos climáticos extremos, alteração nos ecossistemas naturais (descontrole dos ciclos biogeoquímicos, mortandade de espécies, contaminação das águas), aumento do nível do mar devido ao degelo, degradação ambiental, conflitos sociais, interrupção da agricultura e escassez de alimentos, proliferação de doenças e alteração nas práticas culturais (BARCELLOS; HACON, 2016). No caso da Floresta Amazônica, cerca de 780 mil km² de vegetação nativa foram devastados, sendo que 70 mil km² somente no ano de 2017 (IPAM, 2018), neste mesmo ano houve o recorde de incêndios na região e juntamente com as secas de 2005, 2010, 2015 e 2016 são consideradas como reflexo das mudanças climáticas (PORTELA, 2018).

Outras correntes de pensamento científico sustentam que não há evidências físicas da influência humana no clima global, pois as elevações das temperaturas e dos níveis do mar, bem como a emissão de CO₂ na atmosfera, estão baseados em modelos matemáticos, com simplificações limitadas dos sistemas climáticos. A influência humana estaria restrita às cidades e seus entornos em situações específicas. Pois, 97% de CO₂ na atmosfera são provenientes dos oceanos, vegetação e dos solos, somente 3% é gerado pela ação humana, portanto o CO₂ não é antropogênico nem causador do efeito estufa. Esta corrente considera que o aumento dos níveis das temperaturas e dos oceanos se enquadram nas oscilações naturais do clima (WILLIAMS; LIMA, 2009).

Secas na Amazônia

Fearnside (2009) alerta que a Amazônia enfrenta sérios riscos a sua sobrevivência em decorrência das mudanças climáticas globais que, gradualmente, tendem a deixar a região mais quente e seca. Conforme o autor, embasado em

Ano XV, n. 2, fevereiro/2019. NAMID/UFPB - <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>

prognósticos científicos, os impactos são mais acentuados em modelos que incluem as retroalimentações bioesféricas, a morte da floresta e o aquecimento dos solos levando à emissão de carbono que, por sua vez, poderá acarretar na elevação da temperatura e morte da floresta.

A Amazônia é uma das regiões mais úmidas do mundo, mas a distribuição das chuvas não é regular, pois os índices pluviométricos variam nas diferentes regiões deste verdadeiro continente de rios e florestas. A região concentra a maior bacia hidrográfica do mundo, corresponde a 17% do volume de águas fluviais do planeta. Tem uma precipitação média anual de 2.460 milímetros (com variações espaciais que vão de 1.600 mm na Amazônia Oriental até 6.000 mm nas encostas andinas), sendo que 56% do total de precipitação retorna a atmosfera na forma de vapor gerado a partir da floresta (evotranspiração). Portanto, a floresta interage com a atmosfera para produzir chuvas e na manutenção do ciclo (BECKER, 2004; AB'SABER, 2002; FILIZOLA, 2002; FEARNSTIDE, 2009; FISCH; MARENGO; NOBRE, 1998).

O bom funcionamento do ciclo de alternância entre cheias e vazantes na Amazônia é benéfico para a manutenção dos ecossistemas, porém, conforme Borma e Nobre (2016), nas últimas décadas o regime das águas apresenta alterações marcantes na frequência e intensidade, resultando em secas e enchentes extremas que, de acordo com os autores estão associadas aos efeitos das mudanças climáticas globais.

Borma e Nobre (2013) nos informam que a seca é um fenômeno que faz parte da história ambiental e sociocultural da Amazônia. Os autores analisam tanto a incidência de eventos mais recentes, que foram documentados pela observação direta (especialmente as secas de 1912, 1925, 1964, 1980, 1983, 1997/98, 2005 e 2010), ou eventos que vem ocorrendo há milhares de anos e deixaram marcas biológicas, geográficas e arqueológicas. São características que podem ser analisadas pelos anéis de crescimento em árvores, por meio de registros paleoclimáticos, paleológicos e até artefatos com indícios importantes para a interpretação de tais eventos. Uma conjunção de fatores que permite, inclusive, traçar conexões com os processos de migrações humanas no período pré-colombiano.

Contudo, a partir do século XX, os pesquisadores evidenciam a relação entre secas na Amazônia e o aquecimento atípico das águas marítimas dos oceanos Pacífico e Atlântico, e indicam que os intervalos entre eventos de seca na região têm variado entre

5 e 6 anos, demonstrando o aumento da frequência comparada a períodos anteriores. Segundo Borma e Nobre (2013), essa variabilidade faz parte de oscilações naturais nos padrões atmosféricos, mas novos estudos também discutem a possibilidade da influência humana nas secas, seja pelos impactos do desmatamento ou efeitos de queimadas que podem interferir no aumento da duração da estação seca e atrasar o início do período chuvoso.

As secas de 2005 e 2010 são consideradas as grandes secas do século XXI e afetaram os sistemas naturais e a população, impactando negativamente na navegação e em diversas atividades socioeconômicas dependentes dos recursos hídricos (BORMA; NOBRE, 2013). Os eventos ganharam mais destaque midiático em comparação à secas anteriores, possivelmente, devido ao contexto sociocultural em que ocorreram, no qual o agendamento sobre o aquecimento global e as discussões sobre sustentabilidade orbitam na pauta de interesses mundiais.

As secas na Amazônia apresentam padrões diferentes em relação aos fenômenos atmosféricos e suas causas físicas e distribuição geográfica. De acordo com Borma e Nobre (2013), os eventos de 1912, 1926, 1983, 1998 e 2010 estão associados ao *El Niño*, já as secas de 1964, 1980 e 2005 relacionam-se com a influência das correntes de ar do Atlântico. Em 1964 e 2005 o sudoeste amazônico foi a região mais atingida pela estiagem, já em 2010 as regiões central e leste foram mais afetadas, e em 1983 e 1998 a Amazônia norte, central e leste teve escassez de chuva.

Modelos numéricos com prognósticos sobre as condições ambientais na Amazônia sugerem a possibilidade de secas extremas, como as de 2005 e 2010, serem cada vez mais frequentes na região, segundo Borma e Nobre (2013). Diante disso, os autores alertam para a gravidade de possíveis impactos sobre as populações amazônicas, que estarão mais vulneráveis aos problemas de saúde causados pela fumaça e água contaminada, e também às perdas econômicas ligadas às atividades agrícolas e pesqueiras. Portanto, conforme Borma e Nobre (2013), emerge a necessidade da formulação de políticas públicas voltadas para mitigar os danos às populações, com ações adequadas para atender as necessidades decorrentes de possíveis cenários de risco.

Riscos sociais

Perante a configuração de cenários sombrios, Ulrich Beck (2010) nos ajuda a refletir sobre a questão do risco social. O autor discute o desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas e indica a necessidade de uma teorização social para a compreensão das transformações desde a sociedade industrial clássica até a atual, que adquiriu uma nova configuração. Beck (2010) a conceitua como “sociedade de risco”, caracterizada pela presença de riscos civilizacionais, paradoxalmente, produzidos pelo próprio desenvolvimento tecnológico, progresso econômico e diversificação das ações humanas e das mudanças nas relações sociais e arranjos culturais. Assim, conforme Beck (2010), a sociedade - que é produtora de riscos – torna-se crescentemente reflexiva, o que significa dizer que ela configura-se como um tema e um problema para si própria. A sociedade percebe-se cada vez mais autocrítica, e ao mesmo tempo em que a humanidade põe a si em perigo, reconhece os riscos que produz e reage diante disso.

Nesse sentido, as tecnologias da informação e os meios de comunicação podem contribuir para percepções de um conjunto de incertezas criadas pelo próprio movimento da vida social. Warner e Boas (2017) discutem o exagero promovido em torno das mudanças climáticas e desastres ambientais, que geralmente são apresentados como motivos para um colapso no planeta, caso não sejam tomadas medidas urgentes para a mitigação (redução das emissões de gases geradores do efeito estufa), quanto para ajuda humanitária e a adaptação das populações diante de novos quadros socioambientais que se instauram.

Diante destes apontamentos, salientamos que as mudanças climáticas e as secas no Amazonas prescindam de uma análise interdisciplinar, considerando aspectos sociais, culturais, ambientais e tecnológicos. É preciso incluir a temática nas discussões nacionais sobre economia e políticas públicas do clima. Nobre e Marengo (2017), indicam que no Brasil os meios de comunicação, geralmente, colocam a responsabilidades dos problemas para esferas internacionais e não assumem questões antrópicas, como por exemplo a sistemática que envolve o setor produtivo da carne. Especialmente, em áreas onde há fortes interesses econômicos, políticos e culturais contra uma mudança de paradigma de desenvolvimento.

Para alguns grupos de pesquisadores, os estudos científicos, além de estratégicos para o monitoramento ambiental, devem ser balizadores de políticas públicas adequadas, principalmente para atender as populações mais vulneráveis, a fim de possibilitar não o mero assistencialismo, mas fomentar estratégias democráticas no planejamento e nas decisões de adaptação diante dos eventos climáticos extremos, que deverão ser cada vez mais “frequentes e intensos”, conforme Nobre e Marengo (2017, p. 49).

Por esta linha de pensamento sugere-se a necessidade de gerar conhecimentos e informações qualificadas para promover ações de desenvolvimento social e econômico sustentável, levando em consideração questões de vulnerabilidades, impactos e adaptações nas relações entre os seres humanos, suas atividades e os ambientes. Nesse sentido, o jornalismo configura-se como um agente mediador, entre os resultados de produções científicas e a divulgação dessas informações para a sociedade. O desafio seria tentar driblar as imposições políticas, ideológicas, econômicas, editoriais, sensacionalistas ou do senso comum para cumprir seu compromisso social e ético, ao fazer emergir as ausências instituídas no noticiário tradicional, ou seja, um jornalismo sustentável.

As maiores secas registradas no Amazonas na percepção da imprensa de Manaus

Rodrigues (2017)⁷ analisa os processos de agendamento e enquadramento do noticiário sobre períodos de seca (estiagem) na região e suas conexões com pressuposto das mudanças climáticas globais⁸. Assim, proporciona uma reflexão sobre os desafios

⁷ O estudo documental realizado por Rodrigues (2017) teve o objetivo de verificar a qualidade das reportagens, a partir da análise de conteúdo e discurso em reportagens dos jornais A Crítica e Diário do Amazonas, também foi embasado por entrevistas em profundidade, feitas com jornalistas envolvidos nas coberturas, fontes citadas nas reportagens e leitores.

⁸ Na Amazônia o ciclo das águas é regularmente definido entre o período da chuvas (inverno) e período de seca (verão). O monitoramento hidrológico do nível do Rio Negro é feito desde 1902, conforme os dados, o pico da cheia ocorre entre junho e julho, já a vazante, quando as águas baixam e o rio volta ao seu leito normal, entre outubro e novembro. Em 2005 e em 2010 foram registradas vazantes extremas, muito acima da média (PEREIRA et al., 2017). Os fenômenos foram amplamente divulgados pela imprensa local, nacional e internacional, sobretudo pelo fato da Amazônia estar na agenda mundial e os fenômenos naturais remeterem a impactos ambientais e sociais (RODRIGUES, 2017). Reforça-se a ciência analisa as mudanças climáticas no longo prazo, considerando que o planeta já passou por inúmeras transformações climáticas naturais. Contudo, as mudanças ocorridas nas últimas décadas decorrem de ações humanas na interferência de ambientes naturais (NOBRE; MARENGO, 2017).

da sociedade em relação ao meio ambiente e o papel da imprensa em fornecer aos cidadãos informações éticas e necessárias ao exercício da cidadania.

Conforme o autor, como base os preceitos canônicos do jornalismo de princípios, a imprensa em Manaus apresenta uma série de controvérsias e distorções. Assim, não oferece informações de qualidade aos leitores a respeito da ocorrência de fenômenos climáticos extremos na região, criando equívocos em torno do contexto sobre as pautas ambientais. Segundo Rodrigues (2017), a cobertura jornalística sobre eventos climáticos extremos na Amazônia, frequentemente, caracteriza-se pelo despreparo dos profissionais na abordagem dos fatos. Muitas vezes distorcem previsões e teorias científicas ou desconsideram os conhecimentos e estratégias de adaptação das populações mais afetadas pelo efeito das cheias e vazantes dos rios. Consequentemente, as informações passadas ao público são prejudicadas pela imprecisão e até pelo sensacionalismo, reforça o autor.

Rodrigues (2017) guiou-se por cinco categorias de análise: precisão, independência, pluralidade, contextualização e sensibilização. No quesito precisão, foi analisada a veracidade das informações e o compromisso ético do jornalismo. Na categoria independência, problematizou-se a isenção da cobertura frente ao poder público. Em pluralidade, foi verificado o espaço dado às fontes ouvidas nas reportagens. Na categoria contextualização, buscou-se observar como a cobertura caracterizou as causas e consequências do fenômeno e suas implicações socioculturais, políticas, econômicas e ambientais. Em sensibilização, o autor procurou detectar se além das informações factuais também houve a preocupação do jornalismo estar aliado à educação ambiental, no intuito de sensibilizar a população na tomada de decisões esclarecidas diante dos fatos.

A precisão foi prejudicada pela tendência das reportagens em se ater aos dramas sociais e ações governamentais, negligenciando a abordagem de suas causas, consequências e a prevenção de impactos futuros. Já “a independência das coberturas se viu sitiada pelas relações inconfessáveis entre governos e veículos de comunicação [...] e pela falta de preparo dos jornalistas envolvidos para contrapor os discursos oficiais” (RODRIGUES, 2017, p. 189-190). Nesse sentido, as fontes oficiais do Estado originaram e validaram a maioria das informações publicadas e, consequentemente, implicaram reflexos nas categorias pluralidade e contextualização.

Em razão disso, o cenário retratado pelas matérias ofereceu poucas possibilidades para a manifestação das várias vozes que poderiam tanto humanizar a cobertura quanto ampliar seu valor informativo. Sem diversidade das fontes para abastecer de sentidos o trabalho jornalístico, a maior parte dos textos deixou de fora a questão ambiental, a falta de políticas públicas que possam amenizar os impactos climáticos extremos, as possíveis causas dos fenômenos, a ausência do Estado nos municípios do interior do Amazonas e outros temas possíveis de debater ao longo de quatro meses de cobertura (RODRIGUES, 2017, p. 190)

Para os jornalistas entrevistados, estas tendências derivam da falta de infraestrutura, desafios logísticos na região e influências governamentais nas redações. No que tange à sensibilização da cobertura, o autor indica que não houve engajamento do jornalismo como mediador do conhecimento científico para a sociedade. Portanto, sem “cumprir um papel educativo capaz de fornecer aos leitores uma visão do papel do Estado e deles próprios diante das crises ambientais, cujos efeitos foram amplamente divulgados” (RODRIGUES, 2017, p. 191).

Considerações finais

Percebe-se que os discursos jornalísticos ambientais produzidos pelos jornais de referência de Manaus, *A Crítica* e *Diário do Amazonas*, sobre fenômenos climáticos extremos na região amazônica, especialmente as secas no Amazonas, precisam transcender o estigma da subalternização e da narrativa episódica. A partir da análise deste caso, sugere-se que o jornalismo ambiental praticado no Amazonas precisa apresentar mais pluralidade de vozes, balizar contextos em estudos científicos, mas não invisibilizar as percepções das populações amazônicas no noticiário.

Nesse sentido, o jornalismo e a divulgação de notícias também podem se valer da ideia de sustentabilidade. Para isso, as reportagens devem ser elucidativas, educativas, primarem pelo respeito de opiniões, liberdade de expressão, diversificação de fontes, dar capilaridade aos enfoques, sem jamais beneficiar a interesses de instituições ou grupos sociais.

Essa postura ética, atenta às relações entre ambiente, sociedade da informação, culturas tradicionais e ciência, emerge como uma necessidade contemporânea, pois transcende a ideia de um jornalismo focado em coberturas meramente informativas e

restritas ao factual. Pode ser mais relevante para a sociedade um jornalismo que problematize as questões ambientais, repercuta prognósticos científicos, respeite as multiplicidades socioculturais e questione o fomento de políticas públicas ao invés de beneficiar ou promover apenas interesses político-econômicos.

Sendo assim, salientamos a importância da reflexão sobre a sustentabilidade da informação, especialmente às diferentes interpretações relacionadas ao efeito estufa em escala global e seus reflexos na região amazônica. Afinal, trata-se de uma conjuntura que pode interferir nas condições ambientais do planeta e na vida dos seres humanos. Por isso, o jornalismo ambiental deve ser pautado pela responsabilidade ética e biosociocultural.

Referências:

BARCELLOS, Christovam; HACON, Sandra de Souza. **Um grau e meio**. E daí?. Cadernos de Saúde Pública, v. 32, p. 202-215, 2016.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECKER, Bertha. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BORMA, Laura; NOBRE, Carlos. **Secas na Amazônia**: causas e consequências. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

COSTA RIBEIRO, Wagner. **Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo**. Revista Terra Livre, v. 1, n. 18, 2015.

FEARNSIDE, Philip M. **As mudanças climáticas globais e a floresta amazônica**. In: BUCKERIDE, Marcos (org.). A biologia e as mudanças climáticas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2008.

FEARNSIDE, Philip M. **A vulnerabilidade da floresta amazônica perante as mudanças climáticas**. In: Revista Oecologia Brasiliensis, v. 13, n. 4, p. 609-618, 2009.

FILIZOLA, Naziano. **Caracterização hidrológica da bacia Amazônica**. Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2002.

FISCH, Gilberto; MARENGO, José A.; NOBRE, Carlos. **Uma revisão geral sobre o clima da Amazônia**. Acta Amazônica, v. 28, n. 2, p. 101-126, 1998.

GOMES JÚNIOR, Jonas da Silva. **ONGs transnacionais e os sentidos de sustentabilidade amazônica: imaginário, discurso e poder**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2017.

GUERRA, João; SCHMIDT, Luísa. **Concretizar o wishful thinking: dos ODS à COP21**. Ambiente e Sociedade, v. 19, n. 4, p. 197-214, 2016.

IPAM. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2018. **Desmatamento em foco**. Disponível em: <<http://ipam.org.br/cartilhas-ipam/desmatamento-em-foco>>. Acesso em: 27 de jul. 2018.

NASCIMENTO, Elimar. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos avançados, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NOBRE, Carlos; MARENGO, José (Orgs). **Mudanças climáticas em rede: um olhar interdisciplinar**. São José dos Campos: INCT, 2017.

PBM. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom/IBOPE, 2016.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2012.

PERPÉTUO, Rodrigo. **O acordo de Paris, o Brasil e as cidades**. Cadernos, v. 1, n. 1, p. 29-33, 2017.

PORTELA, Graça. **Estudos analisam as queimadas e seu impacto no clima e na saúde**. Revista Unisinos, 2018. Disponível em:<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575361-estudos-analisam-as-queimadas-e-seu-impacto-no-clima-e-na-saude>>. Acesso em: 27 de jul. 2018.

RODRIGUES, Allan Soljenítsin Barreto. **Jornalismo e meio ambiente na Amazônia: a cobertura de eventos ambientais extremos pela imprensa escrita de Manaus**. Manaus: EDUA, 2017.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. Revista Estudos Avançados. São Paulo: USP, vol.9, n.25, pp. 29-63, 1995.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice. 1986.

SCHNEIDER, Juliana. **Interpretações econômicas dos acordos ambientais internacionais**. Porto Alegre: Lume/UFRGS, 2017.

UN, United Nations. **World Population Prospects: the 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables**. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York: United Nations, 2015.

VILAS BOAS, Sérgio (Org). **Formação & informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

WARNER, Jeroen; BOAS, Ingrid. **Securitização das mudanças climáticas: o risco do exagero**. Ambiente e Sociedade. São Paulo, v. 20, n. 3, p. 203-224, set. 2017 .

WILLIANS, Robson; LIMA, Beatriz Lima. **Causas do aquecimento global: antropogênica versus natural**. Terra e Didática, v. 5, n. 1, p. 42-49, 2009.